

Juízes cobram propostas do Estado para presídios

Fórum da Questão Penitenciária voltará a contatar a OEA sobre a situação do Presídio Central de Porto Alegre



FREDYVIEIRA/JC

Igor Natusch

geral@jornaldocomercio.com.br

Formado por entidades jurídicas e representantes da sociedade civil, o Fórum da Questão Penitenciária reuniu-se na manhã de ontem para debater a situação do sistema prisional gaúcho. Insatisfeitos com a falta de propostas e os indicativos de corte do governo Sartori, o grupo vai solicitar junto ao secretário estadual de Segurança, Wantuir Jacini, que o governo diga o que pretende fazer para resolver os problemas do Presídio Central e das demais prisões do Estado.

Uma das principais demandas do fórum é a apresentação de um cronograma de ações que englobe a desocupação temporária ou definitiva do Central e o começo das atividades no complexo prisional de Canoas, que deve ajudar a desafogar a prisão porto-alegrense. Deve ser enviado também um novo informe à Organização dos Estados Americanos (OEA), acentuando que a cautelar de janeiro de 2014, que exigia providências do governo brasileiro a respeito do Central, não foi cumprida.

“Entendemos que houve uma

mudança de governo, mas essas são obrigações do Estado”, diz o presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), Eugênio Couto Terra. Ele ressalta que o atual governo não pode limitar-se a reclamar da falta de recursos, em um discurso que Terra descreve como “catastrofista”.

“Não vamos dizer que a situação não é ruim, mas quando o governo não governa, não propõe soluções, ele acaba gerando uma ansiedade muito grande na sociedade”, reforça o presidente da Ajuris. “Quem assume o papel de governar tem que, dentro da escassez, ditar rumos e trazer propostas. Alguém viu alguma proposta?”, pergunta.

Um dos pontos centrais da preocupação dos juizes refere-se ao Presídio Central de Porto Alegre. A desativação do complexo, proposta pelo governo anterior para o final de 2014, acabou não ocorrendo - e com a demolição de duas galerias, houve a diminuição da capacidade de engenharia de presos em pelo menos 10%. Desde 2011, o presídio não pode receber detentos condenados e foragidos do semiaberto - o que não impede, por exemplo, que presos provisórios entrem

no complexo e, ao serem condenados, deixem de ser removidos pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) para outras unidades. “Podemos afirmar categoricamente que piorou a situação no Presídio Central”, afirma Sidinei Brzuska, juiz da Vara de Execuções Criminais (VEC) de Porto Alegre e região. Para ele, a decisão do governo Tarso Genro de derrubar os pavilhões foi contaminada pelo ambiente político e eleitoral da época, sem seguir critérios técnicos. Agora, é preciso que Sartori busque maneiras de resolver a situação do presídio - descrito em 2010 pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário, da Câmara Federal, como a pior unidade prisional do País.

A indefinição quanto ao complexo prisional de Canoas, que receberia parte dos detentos hoje acomodados no Central, acaba piorando o quadro. “Quando e de que modo esse complexo será ocupado? O que será feito para evitar que se estabeleça um comando compartilhado como o do Presídio Central, onde a administração da casa prisional faz acordos com facções? Para nós, essas coisas não estão claras”, acentua Brzuska.

Terra chama discurso do governo Sartori de ‘catastrofista’

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Projeto pretende preservar bens importantes de municípios do Interior gaúcho

Jessica Gustafson

jessica@jornaldocomercio.com.br

Os delegados regionais e a diretoria da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Defender - Defesa Civil do Patrimônio Histórico realizaram ontem na Capital uma reunião com o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado (Iphan/RS), Eduardo Hahn, e com a diretora do

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae), Míriam Rodrigues. O objetivo do encontro foi propor um convênio entre a Oscip e as duas instituições para a realização de inventários de bens importantes e representativos nos municípios do Estado.

A intenção é realizar inicialmente um projeto-piloto em nove cidades gaúchas de pequeno porte. Futuramente, a iniciativa poderia ser ampliada para grande parte do

Rio Grande do Sul. No encontro, foram definidas as principais diretrizes da parceria. Telmo Padilha Cesar, presidente da Defender, conta que a maioria dos municípios ainda não possui este instrumento de preservação, deixando que imóveis e áreas de valor histórico continuem sendo destruídos sem o menor controle. “Acreditamos que cerca de 90% das administrações municipais não têm estrutura e nem condições de desenvolver o trabalho de inventariação. Esta é a primeira vez que uma associação civil propõe um trabalho com instituições de governo na área do patrimônio”, relata.

Além da falta de informação sobre os imóveis, muitas prefeituras têm dificultado a proteção por priorizarem a construção civil. Na proposta da organização, os inventários teriam a coordenação dos delegados da Defender em cada um dos municípios que já atuam.

“É muito importante que exista a participação da comunidade local neste processo. A avaliação não pode ser só estética, precisando levar em conta a parte histórica e a relação com os moradores”, afirma Míriam. De acordo com ela, o inventário é um mecanismo de sustentabilidade das cidades,

que busca preservar a qualidade de vida das pessoas que ali vivem e também a identidade daquela localidade.

Alexandre Reis, delegado do Patrimônio Cultural da Defender em Novo Hamburgo, ressalta a necessidade de inverter a lógica de higienização social nas áreas centrais da cidade, que normalmente possuem elevado valor de construção. “Os centros históricos das cidades são locais importantes para todas as classes. Em algum momento, todos buscam uma relação de memória com aquele espaço, por isso a importância de mantê-los”, diz.

Para os participantes da reunião, a questão do patrimônio das

cidades é um tema cada vez mais discutido entre a sociedade. Contudo, ainda é preciso o que chamam de “educação patrimonial”. Padilha considera que as pessoas ainda não se conscientizaram da importância deste trabalho para a vida delas e para a cidade onde vivem.

“Isso não é do dia para a noite, mas precisamos plantar essa semente. Hoje, temos novos critérios metodológicos, como o entendimento de que somente o bem pode não ter valor, mas ele adquire importância com a paisagem cultural que o cerca. Essa é uma visão mais ampla, pois leva em conta o contato íntimo com a cidade”, completa.

CLAITON DORNELLES/JC



Reunião com Iphan/RS e Iphae resultou na construção das diretrizes

Presença
Isso é Comabe.

Venda, locação, assistência e suprimentos de impressoras e multifuncionais.

COMABE

Região Metropolitana
(51) 3396.2300 • comabe.com.br